

ave pa 4

Ulysses diz que atual Constituição não presta porque é obra de militar

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) 72, afirmou ontem em Brasília que a constituição em vigor "não presta, não vale nada". Segundo Ulysses, aqueles que cooperaram para que o Congresso constituinte demore a concluir seus trabalhos "estão contribuindo para que a constituição militar, tacanha, que foi imposta ao país, continue em vigor".



Ulysses fez estas declarações ao discursar para cerca de cem pessoas na abertura do seminário "Novos Desafios", organizado pelo PMDB do Distrito Federal. Ao ser questionado por jornalistas após o discurso, Ulysses manteve sua opinião. "A atual constituição não presta porque não veio do povo, é autoritária e anulou as funções do legislativo".

Ulysses Guimarães enfocou a situação do país "pós-constituinte" e disse que, com a promulgação da nova Constituição, "as coisas vão melhorar". Citando Dante Alighieri, Ulysses afirmou que "os cétricos não têm lugar no céu nem no inferno", acrescentando "é melhor definir diretrizes erradas do que deixar o país na indefinição".

Ele classificou a nova Constituição brasileira como a "Constituição cidadã" e destacou o fato de a mesa apresentar 80 dispositivos que tratam dos direitos e deveres do indivíduo. Para o deputado, a nova Constituição contém avanços e "originalidades positivas", tais como a descentralização administrativa, o sistema cooperativo, a segurança e a proteção ao meio-ambiente.

Ulysses abriu o seminário "Novos Desafios" — cujo objetivo era discutir propostas e remetê-las à convenção — para cerca de cem pessoas no auditório Petrônio Portela, com capacidade para 700. Segundo o vice-presidente da Fundação peemedebista Pedroso Horta, Vatanábio Brandão, 29, foram gastos cerca de Cz\$ 3 milhões no evento, pagos por empresários brasileiros.



Negociações no Congresso apressam as votações da nova Constituição

MARCELO DE MENDONÇA

Da Sucursal de Brasília

O vice-líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Mendes Ribeiro (RS), recebe na próxima semana os resultados dos cinco grupos temáticos criados pelas lideranças para negociar as emendas ao projeto constitucional que foram destacadas no segundo turno de votação. Apresentada no final da semana passada ao presidente da Casa, Ulysses Guimarães, pelo vice-líder do PT, Plínio de Arruda Sampaio, a proposta dos representantes partidários discutirem previamente os temas que serão negociados pelos líderes contou com a aprovação de Ulysses e inicia o período mais intenso de reuniões na próxima terça-feira.

Mendes Ribeiro é o responsável

pela ligação entre os grupos e a liderança peemedebista, que coordena as negociações entre os partidos. Pelo menos dois desses grupos já apresentaram resultados: o grupo nº 4, que discutiu os capítulos da Comunicação, Meio Ambiente, Família e Índios, encerrou os trabalhos na quarta-feira, e o entendimento aponta para a manutenção do texto aprovado no primeiro turno. O nº 3, que cuida dos capítulos da Segurança, Educação e Ciência e Tecnologia, já discutiu a maior parte dos capítulos sob sua responsabilidade, segundo o pefelista Jofran Frejat (DF), e apresenta a mesma tendência.

O grupo nº 1 discute os capítulos relativos a Tributação, Orçamento, Finanças, Organização do Estado, Poderes, Defesa do Estado e Forças Armadas. O nº 2 ficou com a Ordem

Econômica, Política Urbana e Reforma Agrária, e o nº 5 com as Disposições Transitórias.

Segundo Plínio Sampaio, os grupos formados por parlamentares indicados pelos líderes estão examinando os destaques relativos aos temas sob sua responsabilidade e oferecerão alternativas para o fechamento dos acordos na reunião geral, simplificando o trabalho das lideranças.

O líder do PMDB, Néelson Jobim (RS), acredita que o trabalho dos grupos torna mais rápido o processo de votação. Segundo ele, a Carta sai mesmo em setembro.

O deputado Nelton Friedrich (PR), que representa o PSDB na discussão da Ordem Econômica, disse que seu grupo está levantando os pontos que oferecem maior dificuldade para o fechamento de acordo.

Cabral continua hoje bateria de exames no Incor

Da Reportagem Local

O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 56, continua hoje a bateria de exames cardiológicos a que está sendo submetido desde ontem no Instituto do Coração (Incor). "Estou procurando ficar bom e por enquanto os resultados dos exames não são definitivos", disse Cabral às 20h50, ao deixar o Incor para jantar.

Cabral vinha sentindo dores no tórax. Segundo o médico Renault Matos Ribeiro, o exame de cintilografia miocárdica foi interrompido porque Cabral já "estava cansado depois de tantos exames". Às 17h, a direção do Incor divulgou boletim informando que o tratamento ao relator só seria definido após a cintilografia.

Pontos polêmicos da Carta vão de terras indígenas à saúde pública

Da Sucursal de Brasília

Os pontos polêmicos que receberam maior número de emendas no Congresso constituinte, entre os temas que estão sendo discutidos pelos grupos partidários, são os seguintes:

Grupo 1: A classificação, entre os bens da União, das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios; a exclusividade de distribuição de gás canalizado concedida aos Estados; prazos para eleição e posse de prefeito e vice; moção de censura a ministro de Estado; atribuições do Supremo Tribunal Federal; atribuições da Advocacia Geral da União; autorização à União para instituição de empréstimos compulsórios; atribuição da União para instituir impostos.

Grupo 2: Privilégios do Poder Público para as empresas brasileiras de capital nacional e a própria definição de empresa nacional; atribuição ao Estado de normatizar e regular a atividade econômica; concessão e autorização da União para pesquisa de recursos minerais; aproveitamento do solo urbano, sob risco da aplicação de penas; impedimento de desapropriação da propriedade produtiva para reforma agrária; participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional.

Grupo 3: Organização do sistema público de saúde; proibição da comercialização de derivados de sangue; aposentadoria do professor de primeiro e segundo grau aos 30 anos (homem) e 25 (mulher).

Grupo 4: Criação do Conselho Nacional de Comunicação.

Grupo 5: Estabilidade dos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta e autárquica, com pelo menos cinco anos de serviço; opção ao servidor público quanto às normas de sua aposentadoria; "moratória" dos créditos de natureza judicial pendentes de pagamento na data da promulgação até 1º de julho de 1989, e parcelamento do valor em oito vezes; anistia da correção monetária ao micro e pequenos empresários, sobre dívida contraídas no Plano Cruzado, e aos mini, pequenos, e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 86 a 31 de dezembro de 1987; anistia fiscal. (MM)

PF quer prazo maior para apurar suborno

Da Reportagem Local

O delegado Lusenildo Ferreira Félix enviou ontem à Justiça um pedido para que seja ampliado por mais dez dias o prazo para o encerramento do inquérito aberto pela Polícia Federal (PF) para apurar a denúncia de suborno de US\$ 1 milhão (Cz\$ 262,8 milhão no câmbio oficial) no caso Banespa. Até agora, 20 pessoas já prestaram depoimento. O inquérito tem cerca de cinco volumes e mais de duas mil páginas.

Zildomar Divino Ribeiro, ex-chefe de gabinete de Otávio Ceccato (ex-presidente do Banespa e atual secretário da Indústria e Comércio do governo Quéricia), entregou ontem ao delegado Lusenildo Félix 12 agendas (coletadas entre 1983 e 1987) pertencentes a Ceccato. O

objetivo da PF era saber se nesses documentos constavam encontros realizados entre Ceccato e o delegado Francisco Ferreira Munhoz, principal suspeito do recebimento do suborno para abafar o caso Banespa. Nada foi encontrado.

A PF já está recebendo uma série de documentos, que havia solicitado ao Banco Central, com informações sobre as contas bancárias dos principais acusados no envolvimento do caso Banespa. O objetivo é confrontar o saldo bancário dessas pessoas com seus rendimentos mensais.

O delegado Lusenildo Félix ainda não marcou para a próxima semana novas audiências para a continuação do inquérito.

Lusenildo está aguardando informações novas para reunir mais provas contra os principais suspeitos.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS TEMÁTICOS DE NEGOCIAÇÃO DO SEGUNDO TURNO

Segurança, Educação, Ciência e Tecnologia

PMDB: Almir Gabriel (PA), Mendes Ribeiro (RS), João Calmon (ES), Ubiratan Aguiar (CE); PFL: Eraldo Tinoco (BA); PFL (dissidência): Jofran Frejat (DF); PSDB: Hermes Zaneti (RS); PDS: Victor Foccioni (RS); PDT: Floriano Paixão (RS), Nelson Aguiar (ES); PTB: Solon Borges dos Reis (SP); PT: Eduardo Jorge (SP), Florestan Fernandes (SP), Gumercindo Milhomen (SP), Paulo Palm (RS); PSB: Abigail Feitosa (BA); PDC: Miraldo Gomes, Milton Barbosa (BA); PL: José Carlos Coutinho (RJ); PC do B: Lídice da Mata (BA).

Comunicação, Meio Ambiente, Família, Índios

PMDB: Mendes Ribeiro (RS); PFL: Rita Furtado (RO); PFL (dissidência): José Agripino (RN); PSDB: Ana Maria Rattos (RJ), Dirce Tutu Quadros (SP); PDS: Arnaldo Fioravante (SP); PDT: Carlos Alberto Coá (RJ), Tadeu França (PR); PTB: José Elias Murad (MG), José Elias (MS); PT: Benedita da Silva (RJ); PSB: João Hermann (SP); PDC: Sotero Cunha (RJ), Gidel Dantas (CE); PC do B: Haroldo Lima (BA).

Disposições Transitórias

PMDB: Nelson Wedekin (SC); PFL: José Moura (PE); PSDB: Beth Azize (AM); PDS: Adilson Mata (RS); PDT: Vivaldo Barbosa (RJ), Adhemar de Barros Filho (SP); PTB: Gastone Righi (SP), Farabulini Jr. (SP); PT: José Genoina (SP), Paulo Delgado (MG); PSB: Raquel Capiberibe (AP); PDC: Siqueira Campos (GO); PL: Adolfo Oliveira (RJ); PC do B: Edmilson Valentim (RJ).

Orçamento, Finanças, Organização do Estado e Poderes, Defesa do Estado, Forças Armadas

PMDB: Michel Temer (SP); PFL: Mussa Dames (PI), Paulo Pimentel (PR); PFL (dissidência): Francisco Dornelles (RJ); PSDB: Euclides Secco (PR), Wilson Souza (SC); PDS: Delfim Netto (SP), Gerson Peres (PA), Roberto Campos (MT); PDT: Lysânias Maciel (RJ), Cesar Maia (RJ), Bocayuva Cunha (RJ); PTB: Farabulini Jr. (SP); PT: Plínio de Arruda Sampaio (SP), João Paulo (MG); PSB: Jamil Haddad (RJ); PDC: José Maria Emayel (SP), Jairo Carneiro (BA), Paulo Roberto Cunha (GO), Sotero Cunha (RJ); PL: José Luiz Sá (RJ); PC do B: Eduardo Bonfim (AL).

Ordem Econômica, Política Urbana, Reforma Agrária

PMDB: Severo Gomes (SP); PFL: Alysoun Paulinelli (MG), Ricardo Izar (SP), Roraro Correa (MG); PFL (dissidência): José Thomaz Nonô (AL), José Jorge (PE); PSDB: Nelton Friedrich (PR), Ronaldo César Coelho (RJ); PDS: Virgílio Galassi (MG); PDT: Amaury Muller (RS), Luiz Salomão (RJ), Raquel Cândido (PTB); José Egreja (SP); PT: Irma Passoni (SP), Vladimir Palmeira (RJ); PSB: José Carlos Saboia (MA); PDC: Jairo Azi (BA), Roberto Balestra (GO), Gidel Dantas (CE), Paulo Roberto Cunha (GO); PL: Osvaldo Almeida (RJ); PDB: Fernando Santana (BA); PC do B: Aldo Arantes (GO).

Editoria de Arte